

# TRABALHO VOLANTE: a evolução de uma categoria<sup>1</sup>

Maria Carlota Meloni Vicente<sup>2</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO <sup>1 2</sup>

É na década de 70 que o trabalho assalariado, especialmente o trabalho volante, começa a ser abordado com maiores detalhes e frequência nos estudos sobre o meio rural. O crescimento da categoria volante encontra explicações no processo de evolução da agricultura paulista a partir da década de 50.

No governo Vargas, duas iniciativas foram assumidas para melhorar as condições dos trabalhadores rurais. Em 1951, foi criada a Comissão Nacional de Política Agrária, para estudar e propor ao presidente formas de organizar e desenvolver a agricultura. Dentre os objetivos estava a melhoria da condição geral da mão-de-obra agrícola com uma legislação protetora e o acesso à terra.

*“Em setembro de 1953, Vargas enviou um projeto de lei ao Congresso, destinado a dar ao governo amplos poderes sobre o uso da terra, a fim de assentar os arrendatários e os trabalhadores sem terra em áreas negligenciadas ou imprópriamente cultivadas ... Apesar de inúmeras emendas, outros projetos de lei, e debates intermináveis, todas as tentativas de aprovar uma lei de reforma agrária foram obstruídas com êxito no Congresso, até a década seguinte”* (STOLCKE, 1986, p. 143). Apenas em 1954 foi aprovado um projeto de lei, que dispunha sobre a criação de um Serviço Social Rural, financiado por uma taxa cobrada dos empregadores agrícolas. Tinha por finalidade melhorar as condições de vida da população (alimentação, saúde, moradia, educação, treinamento, associações e cooperativas rurais). Pouco resultado se tem deste Serviço, a não ser o de servir de pretexto para impedir as tentativas de regulamentação efetiva do trabalho rural.

Aquilo que não foi possível na década

de 50 vai acontecer na década seguinte. A ocorrência importante e com grande impacto na regulamentação das relações de trabalho foi sem dúvida a instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963, equiparando relativamente os trabalhadores rurais aos urbanos. Os empregadores, para fugir dos encargos trabalhistas, preferiram utilizar os serviços de um turmeiro, ou seja, aquele que se encarregava de uma determinada tarefa contratando mão-de-obra por conta própria.

Antes do Estatuto, a maioria das contratações eram informais, em que as especificações contratuais bem como as obrigações e direitos das partes contratantes normalmente não eram firmadas por escrito. A partir do Estatuto, os contratos passaram a ser formalizados com obrigações e direitos entre proprietários e empregados. O empregador passou a arcar com carteira de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, 13<sup>o</sup> salário e questões jurídicas junto aos seus empregados (PITERI, 1964).

Pressões para que a lei fosse revogada foram feitas por parte dos empregadores rurais, pois a regulamentação interferia nos mecanismos de apropriação do trabalho excedente em vigor no colonato. A saída foi incrementar o uso eventual da mão-de-obra sem vínculo empregatício e conseqüentemente, sem direitos quaisquer. O crescimento do contingente de mão-de-obra eventual na agricultura paulista, a partir dos anos sessentas, atraiu a atenção tanto do governo quanto de estudiosos, havendo pouca concordância sobre os acontecimentos e forças que originaram esta relação de trabalho:

*“A controvérsia sobre as causas das transformações nas relações de produção na agricultura paulista começou apenas em meados dos anos 70s. Inicialmente, os analistas concordavam que os proprietários haviam dispensado o grosso dos trabalhadores residentes no começo dos anos 60s, como forma de se protegerem dos efeitos do Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963 ... baseados em alegações dos próprios fazendeiros, os analistas sustentavam que, para se eximir*

<sup>1</sup>Trabalho baseado no capítulo 2 da tese de doutoramento da autora (VICENTE, 1997).

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola.

dessas novas obrigações legais e do aumento, delas decorrente, nos custos de mão-de-obra, os proprietários haviam reduzido ao mínimo sua força de trabalho residente e, daí por diante, vinham contratando mão-de-obra assalariada eventual fornecida por intermediários. Em estudos posteriores, o impacto da extensão da legislação trabalhista na agricultura foi ou omitido ou considerado como um fator apenas de importância secundária. A expansão do trabalho assalariado era um evento agora interpretado como consequência e sintoma do avanço do capitalismo na agricultura” (STOLCKE, 1986, p.182 e 183). A partir de então foram desenvolvidos estudos sobre diversos aspectos da categoria volante, revelando a sua trajetória ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, este trabalho tem por objetivo resgatar pontos importantes sobre a evolução do trabalho volante na agricultura paulista. Inicialmente, foram feitas considerações sobre os fatores relevantes para análise do crescimento do processo de proletarização no campo, ou seja, o progresso técnico, as alterações na composição da produção agrícola e a concentração da propriedade e posse da terra. A seguir foram apontados aspectos importantes sobre a evolução do trabalho volante, analisando-se, também, a participação da categoria no mercado de trabalho rural, a evolução do emprego e os salários pagos aos trabalhadores.

## 2 - METODOLOGIA

Os dados sobre demografia e mão-de-obra na agricultura paulista, obtidos sistematicamente pelo levantamento por amostragem do Instituto de Economia Agrícola (IEA), têm sido utilizados em diversas pesquisas sobre população e mercado de trabalho rural. Desde o final da década de 40, a então Divisão de Economia Rural, hoje Instituto de Economia Agrícola (IEA), preocupou-se em estudar formas de levantamentos estatísticos por amostragem, não só do ponto de vista econômico, como também do social. A execução dos trabalhos teve início em 1950, sendo que a partir de 1952/53 os levantamentos passaram a ser sistemáticos, para previsão e estimativas de safras. Trabalhos que descrevem o esquema amostral do levantamento no decorrer das décadas são: SCHATTAN (1953 e 1973); CAMPOS e PIVA (1974); CAMARGO (1988). Os

trabalhos que apresentam especificamente os levantamentos sobre demografia e mercado de trabalho são: VICENTE e BAPTISTELLA (1986 e 1987); VICENTE et al. (1988); VEIGA et al. (1990 e 1995).

Embora tenham sido efetuadas na década de 50 estimativas sobre o total de pessoas engajadas, foi a partir de 1962 que os levantamentos sobre demografia e mão-de-obra tornaram-se rotineiros, com o objetivo de obter estimativas sobre a população total ligada diretamente às atividades agrícolas do Estado. O trabalho volante passou a ser levantado a partir de 1964, sendo que anteriormente existia apenas uma questão geral sobre a mão-de-obra temporária residente fora da propriedade. Desde 1976 até os dias atuais, dada sua relevância no campo, as questões sobre volantes (bóias-frias) passaram a ocupar maior espaço nos questionários, com início do levantamento do número de dias-homem utilizados durante o ano, possibilitando análises de sazonalidade, nível e tendências da ocupação da mão-de-obra. É também a partir desta data que se inicia a série de dados sobre mão-de-obra volante considerando-se o sexo. Estes dados são coletados juntamente com o levantamento de previsão e estimativas de safras no Estado de São Paulo (VICENTE et al., 1988).

Os dados sobre diárias pagas aos volantes são obtidos através de levantamento subjetivo, com base em informes dos técnicos responsáveis pelas Casas de Agricultura de todos os municípios do Estado de São Paulo. Para as diferentes categorias de trabalho, os levantamentos são efetuados em abril (exceto no período anterior a 1974 quando era realizado em março) e em novembro (NOGUEIRA, Coord., 1992).

Com base nas médias anuais de ocupação dos trabalhadores, foram calculadas taxas de crescimento do emprego para os períodos de 1971-87 e 1987-96 de acordo com a técnica apresentada por HOFFMANN e GASQUES (1970). O cálculo levou em consideração diferentes fases de crescimento do emprego.

O modelo considerado para o cálculo das taxas de crescimento foi  $Y = b_0 + b_1.X_1 + b_2.X_2 + e$ , onde o parâmetro de  $b_1$  está relacionado com o crescimento da ocupação no período 1971-87 e o parâmetro  $b_2$  com o crescimento no período 1987-96. As variáveis artificiais  $X_1$  e  $X_2$  assumem os valores que constam na tabela 1. Os resultados foram obtidos para a regressão

TABELA 1 - Valores das Variáveis Artificiais Usadas, 1971-96

Ano	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>
1971	-12	0
1972	-11	0
1973	-10	0
1974	-9	0
1975	-8	0
1976	-7	0
1977	-6	0
1978	-5	0
1979	-4	0
1980	-3	0
1985	-2	0
1986	-1	0
1987	0	0
1988	0	1
1989	0	2
1990	0	3
1991	0	4
1992	0	5
1993	0	6
1994	0	7
1995	0	8
1996	0	9

múltipla em que a variável dependente é  $Y = \log A$ , onde A corresponde à média anual de ocupação dos volantes.

Essa metodologia de cálculo para a taxa de crescimento permite ressaltar certas características, como variações mais ou menos bruscas na taxa de crescimento de um período para o outro.

### 3 - AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA PAULISTA E OS REFLEXOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O progresso técnico significa o progresso das técnicas capitalistas de produção, visando a subordinação do trabalho ao capital, bem como a subordinação do conjunto das forças da natureza que possam inibir ou até mesmo reduzir o processo de valorização do capital. GRAZIANO DA SILVA (1980) classificou em três

tipos as inovações referentes ao progresso técnico na agricultura: as inovações mecânicas (alteram a intensidade e o ritmo da jornada de trabalho), as inovações físico-químicas (modificam as condições naturais do solo) e as inovações biológicas (atuam na redução do ciclo, potencializando, também, os efeitos das inovações mecânicas e físico-químicas).

Com referência às inovações que interferem no processo produtivo, as inovações mecânicas afetam de maneira mais intensa a redução do tempo de trabalho. Quando implementadas do plantio à colheita, reduzem o tempo de produção, pelo fato de abreviarem o tempo em que o produto seria plantado ou seria colhido unicamente com a força de trabalho humano (RICCI, Coord., 1994).

Inicialmente, aconteceu a mecanização do preparo do solo e plantio e a seguir dos tratos culturais. Estas operações, por serem distribuídas por um período de tempo mais ou menos longo dentro do ano agrícola, eram realizadas pela mão-de-obra residente na propriedade. A mecanização do preparo do solo, plantio e tratos culturais transforma mão-de-obra permanente em temporária, com a redução do tempo de trabalho necessário para exercê-las. Na época de colheita de diversos produtos agrícolas, o aumento na demanda por trabalho é suprida por meio da contratação de mão-de-obra temporária. A mecanização das operações de colheita e de suas atividades complementares (carregamento, transporte e beneficiamento) viria posteriormente.

O crescimento da procura por máquinas agrícolas ocorreu principalmente a partir de 1964, quando o preço relativo salário/trator, que era de 0,19, torna-se crescente, passando a 1,18 em 1977. O preço relativo salário/aluguel de trator cresce de 0,93 em 1966, para 2,08 em 1977. Estes valores indicam que durante esse período houve um poderoso estímulo a favor da substituição de tecnologias intensivas em trabalho por tecnologias intensivas em capital (SILVA; FONSECA; MARTIN, 1979).

A evolução do processo de mecanização no Estado de São Paulo foi marcante nos anos setentas. De 1973 a 1979, houve um crescimento relativo de 88,2% no total de tratores, sendo que esta expansão ocorreu paralelamente ao aumento na potência das máquinas utilizadas. Outro indicador do processo de mecanização, a área trabalhada por trator, que era de 201 hecta-

res em 1971, passou a 104 hectares em 1979 (GHILARDI, 1986).

Em termos de área trabalhada com tração motomecânica, soja, cana-de-açúcar, algodão e arroz apresentavam desde o início dos anos setentas elevado percentual de área na operação de aração (acima de 70,0%) enquanto em outros produtos, como amendoim e feijão, o valor chegava a 40,0%. Ainda durante a década de 70, evolui consideravelmente o plantio mecanizado (com equipamentos motorizados e com animal), sendo a operação de capina efetuada basicamente com tração animal e/ou processo manual no arroz, feijão, café, milho e amendoim. Nesta operação, a tração motomecânica era mais utilizada na soja, cana-de-açúcar e laranja. A colheita motomecânica só era realizada de modo efetivo na soja (VICENTE, 1989).

As transformações físico-químicas, por sua vez, têm seus efeitos nas condições de fertilidade dos solos, aumentando a produtividade do trabalho aplicado no processo produtivo, não interferindo, porém, no tempo de produção. Neste caso, o aumento da produtividade do trabalho se dá através da redução de perdas provocadas por pragas e pelo crescimento adequado das plantas.

Outro componente do processo de inovações seriam as biológicas, que interferem diretamente no ciclo produtivo, pois atuam modificando e aperfeiçoando as determinações naturais. A produção de uma semente de germinação precoce faz com que um determinado produto tenha seu tempo de produção reduzido, acarretando a oportunidade de oferecer o produto em um momento diverso daquele apresentado em condições naturais (GRAZIANO DA SILVA, 1980; RICCI, Coord., 1994).

A intensificação do uso dos insumos químicos e mecânicos e as inovações biológicas incorporam-se ao processo mais amplo de modernização da agricultura, viabilizado pela criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) deslançando na metade dos anos sessentas. A década de 70 correspondeu ao período mais importante desta política econômica, em que o crédito rural subsidiado e atrelado aos pacotes tecnológicos transformou as técnicas de produção das principais atividades agropecuárias, aumentando a produtividade do trabalho e da terra no campo. Foram instaladas as modernas plantas industriais de fertilizantes, defensivos agrícolas e tratores, enquanto a indústria de agroprocessa-

mento, estimulada pelo crédito estatal, elevou a capacidade de transformação (GONÇALVES, 1997).

Além do progresso técnico, as transformações na utilização da área agrícola e a substituição de cultivos também afetaram as exigências de mão-de-obra. São as combinações dos produtos agrícolas, no tempo e no espaço, que promovem o quadro potencial e referencial do trabalho necessário, definem os patamares e momentos de retração e expansão do uso da mão-de-obra e vão adequando as relações de produção e de trabalho ao desenvolvimento dos processos produtivos.

Na década de 70, diversos produtos mais do que dobraram a área cultivada, destacando-se: soja, trigo, laranja, cana-de-açúcar e feijão das águas. Como durante este período o rendimento foi importante fonte de crescimento da produção, um número maior ainda de produtos mais que dobrou a produção. Além dos já citados, acrescentam-se as culturas de tomate rasteiro, cebola de muda, limão, tangerina, uva de mesa, feijão da seca e café. Decréscimos acentuados na área foram observados apenas para mandioca, amendoim das águas e da seca, arroz, banana e algodão (CAMARGO, 1983; VICENTE, 1997).

Nos anos oitentas, as maiores taxas de crescimento de áreas cultivadas foram as do limão, cana-de-açúcar, laranja e trigo. Elevações substanciais de rendimento continuaram ocorrendo e propiciaram aumentos consideráveis na quantidade produzida. Quedas acentuadas ocorreram com as áreas de amendoim, uva para indústria, mamona, tomate rasteiro, tangerina, café e feijão; as únicas lavouras cujas produções caíram a taxas superiores a 3% ao ano foram tangerina, café, mamona e uva para indústria (VICENTE, 1997).

Na década de 90 a área com cana-de-açúcar cresce, passando de 2.165,1 milhões de hectares em 1991 para 2.558,3 em 1994. Com relação aos cultivos anuais, foram plantados cerca de 2,4 milhões de hectares na safra 1990/91, com batata das águas, milho, cebola, arroz, feijão, algodão, amendoim das águas, soja e mandioca, quando, em média, no período 1986/87 a 1990/91 a área correspondeu a 2,6 milhões de hectares. Houve uma transformação de áreas com cultivos anuais para pastagens cultivadas. No caso do café, o baixo incentivo via preços

levou à erradicação, com redução da área colhida de 1991 para 1993. Ainda em relação a 1991, verificou-se decréscimo na área cultivada com laranja (BESSA JÚNIOR et al., 1991; VEIGA et al., 1995). Como tendência geral para as últimas décadas, aponta-se a expansão das culturas de exportação, em parte substituindo produtos destinados ao mercado interno.

Outro ponto importante a ser citado é que o avanço do capitalismo na agricultura, tornando o setor agropecuário paulista um dos mais modernos do País, ocorreu diante de considerável grau de concentração da terra<sup>3</sup>. CAMARGO; CASER; OLIVETTI (1996) concluíram, através do cálculo de índices de Gini para os anos de 1972 (0,764), 1979 (0,776), 1986 (0,763) e 1993 (0,765), que o grau de concentração da terra no Estado de São Paulo pode ser enquadrado como forte a muito forte<sup>4</sup>.

Como fator de produção, a terra possui pelo menos dois tipos de remuneração: a primeira seria não especulativa e assentada no monopólio e origina o preço de aluguel da terra ou o preço de arrendamento. A outra seria o componente especulativo, ou de reserva de valor, que supõe riscos e retornos em função da expectativa de comportamento da economia como um todo. O caráter especulativo presente no mercado de terras não é um fenômeno novo no Brasil e está presente em todos os processos de expansão e de ocupação da fronteira agrícola do País (VEIGA FILHO, 1979; GONÇALVES, 1993a). As dificuldades de acesso à terra em decorrência da especulação têm sido evidenciadas de longa data, sendo difícil para pequenos agricultores (arrendatários), parceiros e trabalhadores rurais adquirirem terra própria.

A mecanização de várias etapas do

<sup>3</sup>Quando se estuda, historicamente, a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e de acesso à terra, constata-se que desde os primórdios da colonização esta distribuição se fez desigual. Inicialmente, foram as capitâneas hereditárias e seus donatários, depois as sesmarias, que estão na origem da grande maioria dos latifúndios (OLIVEIRA, 1994).

<sup>4</sup>O índice de Gini é uma medida de concentração ou de desigualdade de uma distribuição. É um número adimensional que varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior é o grau de concentração. As fontes dos dados utilizados na análise de distribuição da posse da terra foram os Cadastros do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para 1972, 1979 e 1986. Para o ano de 1993, consideraram-se os dados do Cadastro do Imposto Territorial Rural (ITR).

processo produtivo, a substituição de culturas domésticas por culturas de exportação, aliadas à elevada concentração das terras, alteraram as relações de trabalho no campo. Cresce o assalariamento no campo, acentuando-se também o caráter temporário do trabalho. A colheita dos cultivos anuais (concentrada no período de fevereiro a maio) e perenes (de maio a julho para café, de maio a novembro para cana-de-açúcar e concentrada de setembro a novembro para laranja) passa a ser a época em que os trabalhadores volantes obtêm a renda para a sobrevivência do ano todo. Dependendo da composição da produção regional, delinea-se o quadro de ocupação da força de trabalho.

#### 4 - ASPECTOS RELEVANTES SOBRE A EVOLUÇÃO DA CATEGORIA VOLANTE

Embora o destaque seja dado à década de 70, já no final da década de 30, CANABRAVA e MENDES (1938) citaram o deslocamento da população mais pobre das cidades da região de Piracicaba para a zona rural na época da safra e da colheita de algodão e de laranja. Informações de 1945, sobre a mesma região, dão conta do emprego de cerca de 500 volantes na usina Monte Alegre (BOMBO e BRUNELLI, 1966).

Ainda nos anos sessentas, trabalhos pioneiros como os de ETTORI (1961), BOMBO e BRUNELLI (1966) e VASSIMON (1966) já caracterizavam o trabalho volante na agricultura paulista. Todos apontaram a questão do emprego periódico, as relações de trabalho informais e a residência fora do local de trabalho. Mas é na década de 70 que se intensificaram os estudos para entender o aparecimento do trabalho volante na agricultura brasileira, bem como as mudanças nas relações de trabalho decorrentes da proletarianização no campo.

BRANT (1977) avaliou o aspecto ligado ao processo de substituição da mão-de-obra permanente por temporária, ressaltando o crescimento da proletarianização e, conseqüentemente, a separação entre os trabalhadores e os meios de subsistência, como também a crescente instabilidade do emprego. Esse autor apontou como regiões preferências para o crescimento desta relação de trabalho aquelas onde a ocupação de terras já estivesse completa e a penetração do

capitalismo no campo já tivesse se efetivado ou estivesse em fase de desenvolvimento. Outros aspectos mencionados foram a existência de um excedente populacional mobilizável para as tarefas sazonais da colheita; a elevação da composição orgânica do capital, com o aumento da mecanização e diminuição da força de trabalho; a possibilidade de diminuir custos com a mão-de-obra, separando tarefas qualificadas e não qualificadas; e, finalmente, a possibilidade de expandir os contratos de trabalho temporário.

As pesquisas dirigiram-se para análise do aspecto intermitente do trabalho volante. Não se deve esquecer que a estacionalidade do trabalho agrícola sempre esteve presente, uma vez que as tarefas sazonais são características desta atividade. No entanto, as transformações nos processos produtivos das empresas capitalistas ocasionaram aumento do trabalho temporário, pois ao dispensarem trabalhadores residentes nas propriedades, estes vão engrossando o contingente de mão-de-obra desqualificada, com poucas possibilidades de outras formas de emprego permanente.

A especialização das regiões em poucas atividades agrícolas também leva à estacionalidade do trabalho e reforça o uso descontínuo da mão-de-obra, restando aos volantes migrarem para outras regiões ou procurarem empregos urbanos. Sobre este aspecto, BRANT (1977), pesquisando a região de Assis (SP), ressaltou a alternância de ocupações seja do trabalhador individual, seja dos membros da família. A necessidade do trabalho urbano como complemento da renda também foi tratada por MELLO (1975), em pesquisa realizada com cerca de 50 trabalhadores da região de Presidente Prudente. GRAZIANO DA SILVA (1980 e 1982) incorpora em seus estudos a noção do mercado de trabalho urbano-rural, com benefícios para o capital, uma vez que a característica marcante do trabalhador volante é a de ser um assalariado rural, porém o seu custo de reprodução está determinado no setor urbano. São pessoas que devido à instabilidade de emprego e à inexistência de um vínculo empregatício formal, atuam tanto no trabalho rural quanto no urbano.

O tipo de remuneração mais freqüente para o trabalho volante é aquela por empreita ou tarefa, englobando-se a colheita de cana-de-açúcar, café, laranja, amendoim, milho, algodão, feijão, etc., embora também se verifique o paga-

mento por diária fixa, especialmente nas capinas. O pagamento por tarefa ou empreita traz grande vantagem para o produtor, pois estimula o bóia-fria a produzir o máximo possível em um dia de trabalho, realizando mais trabalho excedente (IANNI, 1977).

Assim, a jornada de trabalho tende a se alongar para aumentar o ganho, acrescentando-se o agravante de que o volante perde um bom tempo no transporte do local de moradia (nos bairros periféricos das cidades) até o local de trabalho<sup>5</sup>. Outro destaque, o transporte, quase sempre realizado em caminhões lotados, sem segurança, sem conforto, levando a maior desgaste e freqüentes acidentes.

Estes estudos sempre foram acompanhados por citações sobre os aspectos quantitativos do mercado de trabalho. As estatísticas sobre emprego rural no Estado de São Paulo evidenciaram o crescimento desta categoria no tempo: em 1970 constituíam 14,9% da mão-de-obra utilizada, passando a representar 27,3% em 1979. Em meados da década de 80, atingiram cerca de 30% (VICENTE, 1989).

Em resumo, as pesquisas sobre a utilização da mão-de-obra volante na agricultura paulista, na década de 70, mostraram o significativo crescimento desta relação de trabalho, ressaltando, ainda, o agravamento da sazonalidade do emprego. Daí decorrem os diversos problemas enfrentados pelos bóias-frias, quais sejam, os baixos níveis de remuneração, a sobrevivência em más condições de habitação e de nutrição e a necessidade de se deslocar durante algumas épocas do ano em busca de ocupação. GATTI (1984) destacou este aspecto, ao verificar o movimento de expansão das atividades agrícolas fornecedoras de matérias-primas para produtos industrializados exportáveis - cana-de-açúcar, laranja e café - e as conseqüentes modificações na utilização da mão-de-obra em termos de nível e padrão de ocupação durante o ano agrícola. O crescimento de culturas já mecanizadas nas diversas fases da produção, como soja e trigo, e de culturas que demandam mais mão-de-obra em certas fases de seu desenvolvimento, como as colheitas de cana, café e laranja, acentuou a demanda sazonal.

<sup>5</sup>O total de horas estimado para a jornada de trabalho variava de 8 a 12 horas, acrescentando-se mais 4 horas para o transporte (MELLO, 1975; GRAZIANO DA SILVA; FREITAS, 1976).

Para dar prosseguimento à discussão, cita-se uma indagação de BACCARIN (1985). A instabilidade de trabalho e a inexistência de vínculos formais de emprego são dois fatores ligados entre si. Quanto mais intenso for o primeiro mais facilmente tenderá a ocorrer o segundo e vice-versa. A pergunta que se faz é a seguinte: a evolução do mercado de mão-de-obra volante se dará em direção ao aumento da instabilidade e informalidade das relações de trabalho ou em sentido contrário?

Para alguns autores (BRANT, 1977; LANGE; BELLOTTO; BASTOS, 1982) ocorreria o aumento da instabilidade e da informalidade, em decorrência do desenvolvimento simultâneo ou sucessivo das formas de apropriação da terra e dos níveis de acumulação do capital. Esse processo implica não só a radical separação entre os trabalhadores e o meio de subsistência, como também uma crescente instabilidade de emprego. Na figura de trabalhador desqualificado, os volantes servem ao capital na produção agrícola, na indústria de transformação, construção civil e serviços. Dependendo, principalmente, da ocupação agrícola, estão sujeitos a constantes períodos de desemprego cuja duração é função do calendário das culturas.

As observações de GRAZIANO DA SILVA (1980) foram de que a tendência se daria no sentido de consolidação do bóia-fria permanente, aquele que constitui praticamente um trabalhador efetivo na propriedade, onde se emprega quase ou ininterruptamente por um ou vários anos. O autor considera ainda o volante eventual ou esporádico, que seriam as mulheres e os menores que trabalham em épocas de maior necessidade de mão-de-obra no meio rural, não fazendo parte regularmente da força de trabalho e o bóia-fria temporário como aquele que alterna empregos rurais e urbanos, personificando o mercado de trabalho não qualificado.

Para as décadas pós-70, o trabalho volante segue novos rumos diante do desenvolvimento da agricultura paulista. As pesquisas abrangendo parte dos anos setentas até a metade da década de 80 evidenciaram que os volantes vêm apresentando maior sensibilidade aos salários pagos à própria categoria do que aos salários alternativos (VICENTE, 1989). Constatou-se, também, a formação de turmas de trabalho que se empregam durante boa parte do ano numa mesma propriedade e nos períodos de colheita

obtêm renda maior, o que levou à suposição de que, para uma parcela de trabalhadores, a renda média anual e a segurança no emprego tornaram-se mais estáveis (BACCARIN, 1985).

Estas conclusões levam a pensar em dois pontos fundamentais. Um deles refere-se ao controle e organização da força de trabalho por parte do empresariado rural. O outro refere-se à luta e organização dos trabalhadores dirigida a melhores condições de trabalho (carteira assinada, emprego fixo, salário maior, etc.). E, certamente, o ano de 1984 representa um marco histórico nas lutas dos assalariados rurais.

Para se entender o processo de luta dos trabalhadores é preciso lembrar Guariba, localizada na região de Ribeirão Preto, ou seja, tornaram-se indissociáveis as lutas dos acontecimentos de maio de 1984, nesta cidade. A greve de Guariba tem importante significado para os volantes no que diz respeito à sua identidade como trabalhadores e trabalhadoras e não como meros figurantes do processo de modernização da agricultura. Torna-se necessário afirmar que os acontecimentos de maio têm antecedentes, o que vale dizer que são resultados e desdobramentos de lutas e experiências ocorridas em anos e lugares distintos, com ou sem a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais (ALVES, 1991).

Inicialmente foram os cortadores de cana, mas depois os colhedores de café e de laranja, dentre outras categorias, que realizaram movimentos reivindicatórios. A literatura tem considerado que o volante apresenta dois tipos básicos de reivindicação: um relacionado à aspiração pela posse da terra e o outro direcionado para melhores condições de trabalho. Uma das causas imediatas do movimento dos trabalhadores foi a implantação do sistema de corte de cana por 7 ruas a partir de 1983. Com as 7 ruas, as usinas eram beneficiadas tanto em termos de rendimento agrícola, como industrial, enquanto os fornecedores se beneficiavam somente dos rendimentos agrícolas. Para o trabalhador, a passagem das 5 para as 7 ruas aumenta a largura do eito de trabalho, exigindo mais deslocamentos laterais e maior esforço para depositar a cana cortada na rua central do eito (BACCARIN, 1985).

Esses acontecimentos vão caracterizar a reação diante da modernização da agricultura, conformando a identidade de operário rural e promovendo novas lutas e mobilizações.

Os estudos sobre a modernização da agricultura têm analisado as transformações capitalistas da base produtiva agrícola e das relações de trabalho rural. Na década de 90, o destaque se dirige para as alterações no processo de trabalho e a adequação qualitativa da força de trabalho rural (BORBA, 1994; RICCI, Coord., 1994).

BORBA (1994) evidenciou que a organização do trabalho nas empresas rurais dirigiu-se para a implantação da divisão de trabalho, implicando uma hierarquia de cargos e funções complexas e especializadas e num perfil ocupacional que requer novas profissões. A concepção do trabalho cabe à gerência e é separada do trabalhador direto. O treinamento no trabalho torna o trabalhador da produção habilitado a desenvolver atividades no processo produtivo agrícola, constituindo-se, também, em mecanismo de promoção e/ou de permanência no emprego. O estudo refere-se à Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto, enfocando empresas produtoras de cana, laranja e soja.

Ainda no caso da cana-de-açúcar, as pesquisas mencionam o controle do processo de trabalho e assinalam que o Departamento de Recursos Humanos tem expandido suas funções nos últimos anos, passando a selecionar, contratar e treinar os trabalhadores. Embora os treinamentos sejam oferecidos com predominância aos operadores de máquinas agrícolas e tratoristas, eles têm sido estendidos a outras atividades agrícolas, dentre as quais segurança no trabalho e novas atividades. O rigor na seleção dos trabalhadores aumenta, priorizando-se disciplina, frequência e produtividade (CORTÉZ, 1993).

Todo esse mecanismo está relacionado a duas das mais importantes modificações no processo produtivo da cultura. A primeira refere-se à extensão do período de colheita, com a finalidade de proporcionar cana às usinas durante a maior parcela possível do ano. A segunda diz respeito à intensificação do corte mecanizado. Embora não tenha ocorrido a mecanização integral do corte, inclusive porque ainda não é viável, procura-se atingir a estabilização da demanda da força de trabalho entre os períodos de safra e entressafra. Esta estabilização da demanda aumenta as possibilidades de uma melhor seleção de trabalhadores e a redução nos contratos dos safristas. Permanecerão trabalhando os mais qualificados, não só no corte de cana, mas também com elevada produtividade em outras ati-

dades agrícolas. Isso ocorrerá provavelmente em detrimento dos migrantes de outras regiões (RICCI, Coord., 1994; BAPTISTELLA et al., 1994).

Portanto, as pesquisas falam sobre o controle do processo de trabalho na agricultura modernizada, caminhando para a especialização da força de trabalho, ou seja, os trabalhadores da cana e da laranja, exemplos mais marcantes, tornam-se especializados nestas atividades. Na cana-de-açúcar a evolução é mais nítida, pois a possibilidade e intensificação do corte mecanizado leva à necessidade de um trabalhador rural "polivalente na cultura canavieira" capaz de executar as diferentes atividades agrícolas da usina (CORTÉZ, 1993, p.2). Veja que este trabalhador já executava outras tarefas em outras culturas ou outros setores, portanto já era polivalente. Com o corte mecanizado, passa a ser polivalente especificamente na cultura canavieira.

No setor citrícola, a pesquisa de BAPTISTELLA (1998) constatou que as indústrias do setor possuíam uma estrutura organizacional para arrematar mão-de-obra. Embora existissem diferenças entre as indústrias na forma e filosofia de contratação da força de trabalho, todos os colhedores e empreiteiros eram registrados em carteira. As turmas de trabalho eram, em sua maioria, fixas. Acrescenta, ainda, que o contrato direto com as indústrias e não mais com o empreiteiro, a seleção dos trabalhadores (disciplina, frequência, produtividade, etc.), menor rotatividade durante a safra, o baixo absenteísmo, maior produtividade e maior disciplina entre os trabalhadores são fatores que condicionam o trabalhador fixo a ser menos reivindicativo<sup>6</sup>.

Os desenvolvimentos teóricos sobre o controle do processo de trabalho surgem com o Taylorismo, nos Estados Unidos, no princípio do século XX, com a finalidade de quebrar o domínio artesanal e submeter todo o processo de fabricação à autoridade indiscutível dos patrões. A base teórica vem da administração científica de Taylor, cujo dogma é a divisão do trabalho. As tarefas devem ser parceladas em componentes de acordo com um plano central de ação, sendo cada parte supervisionada (KATZ, 1994; BORBA, 1994).

<sup>6</sup>BAPTISTELLA (1998) observa que atualmente os colhedores de laranja são obrigados, se quiserem trabalhar, ao contrato de trabalho junto à cooperativa e que embora tenham ocorrido discussões, denúncias e descontentamento por parte dos sindicalistas, estudiosos e trabalhadores, a cooperativa de trabalho rural é um fato.



Os estudos sobre o tema evoluem, permeando as discussões atuais sobre a organização do processo produtivo nas empresas, visando, sobretudo, moldar a força de trabalho às novas exigências do capital<sup>7</sup>.

Na área de recursos humanos, a inovação principal foi a introdução da microeletrônica, com a utilização de sistema computadorizado de banco de dados, com um conjunto de informações sobre cada pessoa contratada. Este sistema possibilita a rápida obtenção de dados sobre a produtividade no trabalho, não só no corte da cana, mas também em outras atividades, assiduidade e disciplina, dentre outros. Por meio deste método, tem se reduzido a rotatividade do trabalho nas usinas e destilarias, com permanência nos postos de trabalho das pessoas que atendem aos critérios desejados (RICCI, Coord., 1994).

## 5 - TRABALHO VOLANTE E MERCADO DE TRABALHO RURAL

De acordo com estimativas obtidas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), o total de pessoas adultas engajadas na agricultura paulista era de 1.392,0 mil, em 1955. Em 1962, o levantamento informou 1.253,5 mil residentes nos imóveis rurais, porém, ainda sem possibilidades de se avaliar a totalidade das pessoas ocupadas, ou seja, sem computar a mão-de-obra em atividades rurais, porém residente na cidade. Já as estimativas referentes à década de 70 contemplaram esta possibilidade: em junho de 1970, foram estimadas 1.583,0 mil pessoas ocupadas, sendo 1.316 mil residentes nos imóveis, 195 mil volantes e 72 mil não residentes nos imóveis rurais (englobando a categoria proprietários e as diversas categorias de trabalho permanente). Dentre os residentes, as categorias mais representativas eram os proprietários, parceiros e diaristas, com 40%, 20% e 13%, respectivamente (VICENTE e BAPTISTELLA, 1986).

No final da década de 70, alterou-se a composição da população trabalhadora no campo. Os dados referentes a 1979 indicaram 1.467 mil pessoas, sendo 870 mil residentes, 408 mil volantes e 189 mil outros residentes (categoria de

proprietários, arrendatários, parceiros e seus familiares e assalariados em geral, exceto volantes). O decréscimo ocorrido no total de pessoas empregadas foi de 7,3%, em relação a 1970, salientando-se que os volantes e outros não residentes passaram a constituir 40,7% da força total de trabalho, quando em 1970 eles representavam 16,9% (VICENTE e BAPTISTELLA, 1986). Note-se que, ao lado do crescimento da ocupação da mão-de-obra volante, esta informação permite também a observação de uma nova tendência: a preferência pela residência na cidade, mas exercendo a atividade rural.

Em resumo, a mão-de-obra residente nos imóveis rurais paulistas apresentou, basicamente, três tendências no período considerado. A primeira refere-se à sua diminuição, sendo que este decréscimo não se deu de forma uniforme durante toda a década, apresentando-se mais acelerado no início do que no fim. No período 1971-72 a 1975-76, decresceu a uma taxa de 7,1% a.a., mas entre 1975-76 e 1979-80, esta taxa diminuiu para 2,0% a.a. A segunda tendência se expressa no aumento da participação do trabalho assalariado. Enquanto a categoria mensalista apresentou acréscimo, tanto em número quanto em porcentagem, a categoria proprietário apresentou decréscimo em termos numéricos, ainda que em termos percentuais tenha aumentado a sua participação no total ocupado ao longo da década. A terceira tendência é a diminuição das formas tradicionais de ocupação da mão-de-obra, como o arrendamento e a parceria. Com relação à mão-de-obra não residente, a ocupação de volantes ou bóia-frias veio aumentando acentuadamente durante a década (GARCIA, 1986) (Tabela 2).

De meados da década de 80 até 1988, a agricultura passa por um período favorável, lembrando-se que em 1986 foi adotado o Plano Cruzado, com reflexos imediatos sobre a demanda por produtos alimentares<sup>8</sup>. De 1986 até 1988, o número de pessoas empregadas na agricultura cresce, ocorrendo em 1988 o maior contingente, com 1.624,6 mil.

A explicação do crescimento da mão-de-obra ocupada na agricultura no período 1986-88 encaminhou-se no sentido de que as crescentes safras agrícolas foram responsáveis pelos

<sup>7</sup>Uma discussão mais aprofundada sobre o controle do processo de trabalho pode ser obtida em BORBA (1994), CORTÉZ (1993) e KATZ (1994).

<sup>8</sup>Infelizmente, as estimativas sobre o mercado de trabalho rural no período de 1982 a 1984 não foram processadas, portanto não estão disponíveis. Este foi um período de crise econômica para o País, com situação de desemprego.

TABELA 2 - Estimativa do Número de Habitantes, da População Trabalhadora Residente e Não Residente nos Imóveis Rurais, Estado de São Paulo, 1971-1996

(em 1.000)

Ano	Habitantes	Residentes <sup>1</sup>		Não residentes <sup>2</sup>		Volantes		População trabalhadora total (n <sup>o</sup> )
		N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	N <sup>o</sup>	%	
1971	2.518,1	1.323,1	73,6	124,6	6,9	349,9	19,5	1.797,6
1972	2.474,4	1.259,9	71,9	148,1	8,4	345,4	19,7	1.753,4
1973	2.364,8	1.211,4	71,9	117,9	7,0	354,7	21,1	1.684,0
1974	2.092,0	1.001,6	71,5	68,9	4,9	329,9	23,6	1.400,4
1975	1.800,6	908,5	68,7	79,8	6,0	334,2	25,3	1.322,5
1976	1.732,6	872,6	64,0	192,6	14,1	298,1	21,9	1.363,3
1977	1.663,3	844,7	56,6	160,7	10,7	488,2	32,7	1.493,6
1978	1.673,6	825,6	56,4	185,4	12,6	453,3	31,0	1.464,3
1979	1.712,2	870,2	59,3	188,9	12,9	408,2	27,8	1.467,3
1980	1.478,5	717,4	61,9	148,8	12,8	292,8	25,3	1.159,0
1981	1.520,9	755,8	61,7	173,2	14,1	295,9	24,2	1.224,9
1985	1.536,1	848,6	60,1	204,5	14,5	358,9	25,4	1.412,0
1986	1.564,8	964,9 <sup>3</sup>	68,7	-	-	440,0	31,3	1.404,9
1987	1.633,4	1.058,9 <sup>3</sup>	69,3	-	-	469,1	30,7	1.528,0
1988	1.613,1	847,2	52,1	354,1	21,8	423,3	26,1	1.624,6
1989	1.572,8	730,2	49,5	341,8	23,2	402,5	27,3	1.474,5
1990	1.513,0	843,8	52,0	340,9	21,0	439,3	27,1	1.624,0
1991	1.367,8	671,5	52,8	284,7	22,4	315,5	24,8	1.271,7
1992	1.452,4	665,4	51,0	295,7	22,7	343,5	26,3	1.304,6
1993	1.317,9	663,6	52,5	341,7	27,0	259,9	20,5	1.265,2
1994	1.241,9	618,9	50,8	310,9	25,5	287,8	23,7	1.217,6
1995	1.260,1	659,5	54,0	286,7	23,5	275,9	22,5	1.222,1
1996	1.181,9	645,7	55,1	309,7	26,5	215,6	18,4	1.171,0

<sup>1</sup>Engloba as categorias de: proprietário, parceiro, administrador, arrendatário e assalariados em geral.

<sup>2</sup>Dados obtidos em março no período 1971-74 e em abril a partir de 1975.

<sup>3</sup>Inclui os não residentes nos imóveis rurais.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

efeitos positivos no mercado de trabalho. Os fatores estruturais - adoção de novas tecnologias e programas que levem a alterações na composição da produção - tiveram influência menos significativa, quando comparados à década de 70. Neste período não aconteceram programas como o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), ou a política creditícia efetivada na década de 70, a ponto de caracterizarem mudanças bruscas na composição dos produtos e na base técnica de produção.

A conclusão foi a de que a dinâmica da produção agrícola e do emprego nos anos oitentas foi comandada por uma estrutura agrícola que a década anterior legou (VEIGA et al., 1990; REYDON et al., s.d.). Na década de 80, com o

intuito de gerar superávits crescentes na balança comercial, as políticas foram direcionadas para o estímulo às exportações.

Ainda no final dos anos oitentas, novos componentes passaram a atuar sobre o mercado de trabalho, destacando-se a crescente adoção da colheitadeira na cana-de-açúcar. Outras transformações encontram-se em curso, dentro de um processo de mudanças estruturais que visa sobretudo a continuidade da produção diante de um cenário marcado pela crescente competitividade. Várias culturas já apresentam todas as fases do cultivo totalmente motomecanizadas (soja, milho e trigo são alguns exemplos), enquanto outras já estão mecanizando a última fase que ainda restava, a colheita (cana-de-açúcar, algodão, feijão).

Para a colheita do café também já existem máquinas com desenvolvimento satisfatório.

Tem sido bastante rápida a resposta das pesquisas no sentido de analisar e resolver os problemas que interfiram na utilização das máquinas. Assim, embora a colheita dos produtos agrícolas constitua a operação mais importante para a ocupação da mão-de-obra no campo, encontram-se em marcha diversos processos de substituição do trabalho humano, sem que haja, de forma dinâmica, a ocorrência de novas possibilidades de ocupação em outras atividades. Os efeitos abatem-se com vigor sobre a mão-de-obra volante. O trabalho volante representava cerca de 31% do total da força de trabalho ocupada em 1986, participando com 27% no final da década e com 18% em 1996.

Ao se considerar a ocupação dos volantes no período 1971-96, dois movimentos podem ser observados: inicialmente, de 1971-88, tendência de crescimento em que o ponto máximo ocorreu em junho de 1979; e decréscimo da ocupação no final dos anos oitentas e durante os anos noventas (Tabela 3).

A avaliação das médias anuais de ocupação dos volantes evidenciou a tendência declinante. No período 1971-87, as médias oscilaram entre o mínimo de 285 mil (em 1985) e o máximo de 421 mil (em 1987). O emprego na maior parte do período ficou acima de 300 mil volantes (com exceção de 1972, 1975, 1976 e 1985). A partir de 1993, as médias anuais passam a variar de 271 mil, em 1994, a 222 mil em 1996, não mais atingindo a cifra de 300 mil trabalhadores ocupados (Tabela 3 e Figura 1).

As estimativas das taxas anuais de crescimento do emprego de volantes também reforçam a tendência de queda na ocupação. Foram estimadas taxas anuais de crescimento de 2,27 para o período 1971-87 e de -5,62 para 1987-96 (Tabela 4). Cabe lembrar que na década de 70, grandes empregadoras de mão-de-obra na colheita (cana-de-açúcar, laranja, café, feijão, tomate, dentre outras) tiveram aumentos substanciais nas áreas cultivadas. Na década de 80, embora os cultivos de cana-de-açúcar e de laranja continuem se expandindo, as mudanças na composição da produção agrícola e a adoção de novas tecnologias ocasionaram impactos menos intensos do que na década anterior. O crescimento do emprego agrícola no período 1986-88 está relacionado, principalmente, às crescentes

safras. A partir do final da década de 80 e durante os anos noventas, a ocupação dos volantes passa a decrescer em decorrência da mecanização da colheita de diversos produtos.

As variações no emprego ocorrem durante o ano, dependendo das atividades agrícolas. Até meados da década de 70, os volantes se empregavam mais no período de colheita das culturas anuais, ou seja, de fevereiro a maio. A partir de 1976, os dados mostram junho como o mais significativo, fato relacionado ao incremento da área cultivada com cana-de-açúcar, cuja colheita se concentra no período de maio a agosto, ocorrendo ainda a colheita de café (concentrada em maio e junho). De meados da década de 80 até início dos anos noventas prevaleceu abril (exceto em 1985 e 1988), enquanto na década de 90, além de abril e junho, fevereiro e setembro apresentaram maior emprego de volantes em 1991 e em 1996, respectivamente.

Estas variações foram mencionadas por BAPTISTELLA et al. (1994) ao analisarem o período 1985-93. Constataram alterações na dinâmica da sazonalidade do trabalho temporário, com redução da intensidade do pico de emprego em junho, julho e agosto. Complementam os autores que a colheita da cana-de-açúcar, por ser a principal atividade agrícola realizada neste período, explica boa parte desta transformação. Ocorreu a extensão do período de colheita, com a finalidade de proporcionar cana às usinas durante a maior parcela possível do ano. Ocorreu, também, a intensificação do corte mecanizado. Destacaram ainda o mês de março, revelando o peso do período de colheita das culturas anuais para os trabalhadores volantes<sup>9</sup>.

Em 1996, pela primeira vez na série apresentada na tabela 3, setembro se sobressai na ocupação dos volantes, relativamente aos outros meses de levantamento. A intensificação do processo de motomecanização, tanto da colheita de cana-de-açúcar quanto das culturas anuais, tem ocasionado a transferência do período de maior ocupação para outros produtos. É o caso da laranja, importante geradora de empregos, apresentando os tratos culturais distribuídos durante o ano e a colheita concentrada de setembro a novembro.

<sup>9</sup>O estudo foi realizado com dados sobre dias-homem de trabalho volante, empregados durante o ano, obtidos pelo levantamento objetivo IEA/CATI.

TABELA 3 - Número de Trabalhadores Volantes Ocupados de Acordo com a Época e Índice de Evolução, Estado de São Paulo, 1971-1996 (continua)

Ano/mês	Volantes ocupados	Índice de evolução <sup>1</sup>
1971		
Jan.	341.063	113,2
Mar.	349.920	116,1
Jun.	230.876	76,6
Nov.	283.640	94,1
<b>Média</b>	<b>301.375</b>	<b>100,0</b>
1972		
Jan.	311.145	103,2
Mar.	345.435	114,6
Jun.	223.308	74,1
Nov.	286.922	95,2
<b>Média</b>	<b>291.703</b>	<b>96,7</b>
1973		
Jan.	318.854	105,8
Mar.	354.715	117,7
Jun.	279.145	92,6
Nov.	344.487	114,3
<b>Média</b>	<b>324.300</b>	<b>107,6</b>
1974		
Jan.	345.773	114,7
Mar.	329.924	109,5
Jun.	274.187	91,0
Nov.	278.851	92,5
<b>Média</b>	<b>307.184</b>	<b>101,9</b>
1975		
Fev.	304.006	100,9
Abr.	334.162	110,9
Jun.	283.485	94,1
Nov.	226.756	75,2
<b>Média</b>	<b>287.102</b>	<b>95,3</b>
1976		
Fev.	236.267	78,4
Abr.	251.168	83,3
Jun.	298.122	98,9
Set.	305.956	101,5
Nov.	333.461	110,6
<b>Média</b>	<b>284.995</b>	<b>94,5</b>
1977		
Fev.	446.190	148,1
Abr.	429.376	142,5
Jun.	402.240	133,5
Set.	336.978	111,8
Nov.	334.543	111,0
<b>Média</b>	<b>389.865</b>	<b>129,4</b>
1978		
Fev.	320.428	106,3
Abr.	453.332	150,4
Jun.	496.268	164,7
Set.	259.723	86,2
Nov.	318.575	105,7
<b>Média</b>	<b>369.665</b>	<b>122,7</b>
1979		
Fev.	319.560	106,0
Abr.	372.982	123,8
Jun.	534.974	177,5
Set.	310.313	103,0
Nov.	349.561	116,0
<b>Média</b>	<b>377.478</b>	<b>125,3</b>
1980		
Fev.	320.834	106,5
Abr.	293.852	97,5
Jun.	464.923	154,3
Set.	246.363	81,7
Nov.	254.538	84,5
<b>Média</b>	<b>316.102</b>	<b>104,9</b>
1985		
Fev.	309.297	102,6
Jun.	358.865	119,1
Set.	261.562	86,8
Nov.	214.201	71,1
<b>Média</b>	<b>285.981</b>	<b>94,9</b>

<sup>1</sup>Média de 1971 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

TABELA 3 - Número de Trabalhadores Volantes Ocupados de Acordo com a Época e Índice de Evolução, Estado de São Paulo, 1971-1996 (conclusão)

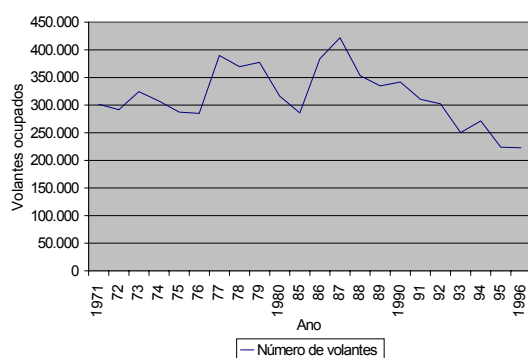
Ano/mês	Volantes ocupados	Índice de evolução <sup>1</sup>
1986		
Fev.	357.709	118,7
Abr.	439.974	146,0
Jun.	341.796	113,4
Set.	387.804	128,7
Nov.	391.243	129,8
<b>Média</b>	<b>383.705</b>	<b>127,3</b>
1987		
Fev.	379.434	125,9
Abr.	469.058	155,6
Jun.	444.280	147,4
Set.	425.491	141,2
Nov.	391.412	129,9
<b>Média</b>	<b>421.935</b>	<b>140,0</b>
1988		
Fev.	329.158	109,2
Abr.	423.278	140,4
Jun.	470.742	156,2
Set.	321.030	106,5
Nov.	223.213	74,1
<b>Média</b>	<b>353.484</b>	<b>117,3</b>
1989		
Fev.	295.309	98,0
Abr.	402.486	133,5
Jun.	400.454	132,9
Set.	330.089	109,5
Nov.	246.199	81,7
<b>Média</b>	<b>334.907</b>	<b>111,1</b>
1990		
Fev.	361.762	120,0
Abr.	439.289	145,8
Jun.	310.554	103,0
Set.	299.902	99,5
Nov.	297.552	98,7
<b>Média</b>	<b>341.812</b>	<b>113,4</b>
1991		
Fev.	337.138	111,9
Abr.	315.528	104,7
Jun.	308.637	102,4
Set.	325.037	107,9
Nov.	266.533	88,4
<b>Média</b>	<b>310.575</b>	<b>103,1</b>
1992		
Fev.	291.296	96,7
Abr.	343.502	114,0
Jun.	311.100	103,2
Set.	334.299	110,9
Nov.	231.157	76,7
<b>Média</b>	<b>302.271</b>	<b>100,3</b>
1993		
Fev.	193.446	64,2
Abr.	259.936	86,3
Jun.	311.147	103,2
Set.	292.982	97,2
Nov.	194.142	64,4
<b>Média</b>	<b>250.331</b>	<b>83,1</b>
1994		
Fev.	226.868	75,3
Abr.	287.770	95,5
Jun.	343.641	114,0
Set.	270.169	89,6
Nov.	229.136	76,0
<b>Média</b>	<b>271.517</b>	<b>90,1</b>
1995		
Fev.	160.276	53,2
Abr.	275.913	91,6
Jun.	215.820	71,6
Set.	248.924	82,6
Nov.	218.939	72,6
<b>Média</b>	<b>223.974</b>	<b>74,3</b>
1996		
Fev.	202.394	67,2
Abr.	215.635	71,6
Jun.	213.365	70,8
Set.	241.789	80,2
Nov.	240.823	79,9
<b>Média</b>	<b>222.801</b>	<b>73,9</b>

<sup>1</sup>Média de 1971 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Informações Econômicas, SP, v.29, n.2, fev. 1999.

Trabalho Volante: a evolução de uma categoria



**Figura 1** - Número de Volantes Ocupados na Agricultura Paulista, Médias Anuais de 1971 a 1996.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

**TABELA 4** - Estimativas dos Parâmetros e da Taxa Anual de Crescimento

Período	Estimativas dos parâmetros	Valor de t	Taxa anual de crescimento
1971-87	0,224539	3,59a	2,27
1987-96	-0,057897	-6,65a	-5,62
R <sup>2</sup>		0,7005001	
Valor de F		22,22 <sup>a</sup>	

a = significativo ao nível de 1%.

Fonte: Elaborada com base nos dados da tabela 3.

As alterações verificadas na sazonalidade do trabalho estão amplamente relacionadas ao nível tecnológico, com destaque para a mecanização dos cultivos. Quando esta atinge todas as fases do processo produtivo, do preparo do solo à colheita, suavizam-se os picos de demanda, mas o nível de ocupação se estabelece em um patamar inferior. Além disso, a reorganização do espaço produtivo na agricultura, com a diminuição de culturas importantes empregadoras de mão-de-obra, como, por exemplo, algodão e café, tem levado à tendência decrescente no emprego dos volantes. Saliente-se, ainda, que a reestruturação na maneira de produzir vem se impondo à agricultura de modo geral.

A avaliação das diárias pagas aos volantes complementa a análise do mercado de trabalho para a categoria. Tomando-se por base 1971, as diárias pagas aos volantes apresenta-

ram-se crescentes até 1978, quando então passam por um período desfavorável que vai até meados da década de 80 (Tabela 5 e Figura 2).

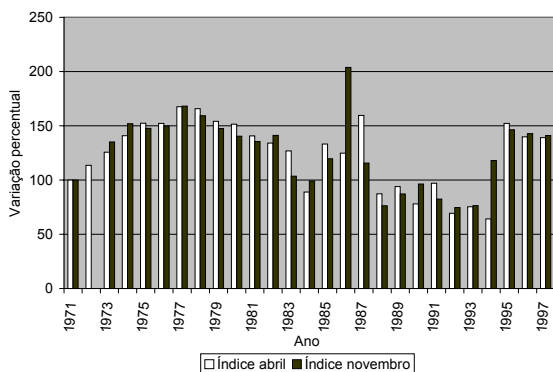
**TABELA 5** - Diárias Pagas aos Volantes, Estado de São Paulo, 1971 a 1997<sup>1</sup>

Ano	Abril	Novembro
1971	6,90	6,99
1972	7,84	-
1973	8,67	9,45
1974	9,72	10,62
1975	10,52	10,32
1976	10,50	10,46
1977	11,56	11,75
1978	11,43	11,13
1979	10,64	10,31
1980	10,44	9,81
1981	9,70	9,48
1982	9,25	9,87
1983	8,75	7,24
1984	6,14	6,93
1985	9,19	8,36
1986	8,61	14,25
1987	11,01	8,08
1988	6,02	5,34
1989	6,48	6,09
1990	5,39	6,73
1991	6,70	5,77
1992	4,79	5,22
1993	5,20	5,35
1994	4,43	8,25
1995	10,51	10,23
1996	9,64	9,98
1997	9,60	9,86

<sup>1</sup>Em real de 1997; valores deflacionados pelo IGP-DI da FGV.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

Alguns autores comentaram esta situação, dentre os quais GRAZIANO DA SILVA (1997a). Ao avaliar, tanto as diárias recebidas pelos volantes na região de Ribeirão Preto, quanto a média estadual no período 1982 a 1992, verificou que os salários vinham caindo rapidamente com a crise econômica do início da década de 80 e recuperaram-se em 1984 com a greve de Guariba. Atingiram o ponto máximo em 1986, ano do Plano Cruzado, voltando a cair a partir de então. No período de dez anos os salários caíram



**Figura 2** - Variação Percentual das Diárias Pagas aos Volantes, Estado de São Paulo, 1971 a 1997.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.

a menos da metade do seu valor real do início da década de 80. Se por um lado grande parte da perda se deveu à retomada dos níveis inflacionários acima de 30% ao mês, por outro, há que ressaltar a política de arrocho salarial, que perdeu durante a década. O salário mínimo, também referência para o pagamento dos salários rurais, caiu a menos da metade entre 1980 e 1990.

O estudo de GONÇALVES (1996) sobre salário, emprego, modernização e sazonalidade na agropecuária paulista de 1969-94 mostrou que tanto os indicadores de salários quanto os de emprego apresentaram uma situação de queda persistente, notadamente no processo de intensificação da modernização no início da década de 80, numa realidade de produtividade da terra e do trabalho crescentes.

Em novembro de 1994, as diárias pagas aos volantes se recuperam, mas sem atingir os patamares dos anos setentas. Em 1995, com a elevação do salário mínimo, as análises feitas mencionavam que os salários no campo tinham dobrado em termos constantes, pressionando os custos de produção (GONÇALVES, 1996). Na verdade, os acréscimos ocorridos e a situação de índices inflacionários bem menores possibilitaram a recuperação das diárias aos níveis de meados da década de 70, quando então a demanda por força de trabalho de volante torna-se significativa nas épocas de colheita das culturas anuais, da cana-de-açúcar e da laranja, estas últimas em processo de expansão.

Merece atenção, porém, a comparação

dos salários pagos aos volantes com aqueles pagos às outras categorias de trabalhadores rurais. De 1994 a 1998, a categoria volante apresentou a menor variação salarial<sup>10</sup>.

Os trabalhadores eventuais, quase sempre sem registro em carteira, conseguiram alterar o quadro das relações de trabalho, principalmente a partir da década de 80, quando ocorreram os movimentos e as greves, cujo marco foi a de Guariba. Nos setores da agroindústria da cana-de-açúcar e da indústria de suco cítrico (na etapa de colheita da fruta), passaram a ter registro em carteira e contrato de trabalho safrista, com garantia dos direitos trabalhistas e determinação do salário de colheita em dissídios coletivos. Com a proibição da queima da cana-de-açúcar e a conseqüente adequação das usinas ao processo de colheita motomecanizada, haverá, por um lado, ampliação da área colhida com uso de colhedoras e, por outro, a liberação de mão-de-obra com grande impacto social. No setor cítrico, as relações de trabalho também sofreram alterações, constituindo-se 1995 o início de uma nova estrutura de colheita de laranja, com a contratação de pessoas através das Cooperativas de Trabalhadores.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final da década de 70, a composição da população trabalhadora no campo evidenciava o crescimento da participação do trabalho volante, que passou a representar 28% da força de trabalho. No período 1971-96, dois movimentos foram observados quanto ao emprego da categoria, ou seja, de 1971-88 tendência de crescimento, com ponto máximo em junho de 1979, e decréscimo abrangendo o final da década de 80 e os anos noventas.

As alterações verificadas na ocupação estão amplamente relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas, com destaque para a motomecanização dos cultivos. Até o final dos anos oitentas, importantes culturas empregadoras de mão-de-obra ainda estavam na fase inicial do processo de mecanização da colheita, como é o caso da cana-de-açúcar e do algodão. Para

<sup>10</sup>A comparação mencionada consta em BAPTISTELLA; VEIGA; VICENTE (1998). As categorias consideradas além da volante foram: administrador, mensalista, capataz, tratorista, diarista.

café e laranja, as perspectivas de colheita mecânica estavam ainda mais distantes. A situação é outra nos anos noventas, quando a mecanização atinge todas as fases do processo produtivo, do preparo do solo à colheita, com redução dos picos de demanda por força de trabalho e permanência do nível de ocupação em um patamar inferior.

Além do desenvolvimento das forças produtivas, a reorganização do espaço produtivo na agricultura atuou como fator relevante sobre a tendência de ocupação dos volantes. Os significativos crescimentos de cana-de-açúcar e laranja nos anos setentas foram sem dúvida as referências mais destacadas. Na atualidade, a diminuição das áreas com culturas importantes empregadoras de mão-de-obra, como, por exemplo, o algodão e o café, tem levado à tendência decrescente no emprego dos volantes.

Configurou-se no Estado de São Paulo um processo de proletarianização, baseado em trabalhadores assalariados permanentes nas propriedades, e os volantes mais empregados por ocasião das colheitas dos diversos produtos. A concentração das terras e as dificuldades em obter as condições necessárias para produzir distanciaram o trabalhador rural da condição de produtor.

De modo geral, os estudos sobre o mercado de trabalho rural para a década de 90 têm apontado redução do número de pessoas ocupadas, em que a categoria de trabalho volante tem sido a mais afetada<sup>11</sup>. Os resultados apresentados têm evidenciado que a mecanização da fase de colheita de diversos produtos traz consigo a inexistência de perspectivas quanto à preservação de uma base social mínima, ao redor da subsistência, para a reprodução dos trabalhadores rurais (VICENTE; BAPTISTELLA; VEIGA, 1997).

Dentre as situações de interferência no emprego dos volantes, tem sido bastante enfatizada a proibição da queima de cana-de-açúcar para o corte. Com a adoção desta medida nos municípios produtores da cultura, ocorrerá a

adequação no processo de colheita, quando as dificuldades em se colher manualmente a cana-de-açúcar sem queimar ampliarão o uso de colhedoras. Vale ressaltar que uma máquina substitui, em média, 120 cortadores, o que representa, por um lado, uma redução da ordem de 20% nos custos em relação ao corte manual de cana queimada e, por outro, uma liberação de mão-de-obra com grande impacto social (FIM, 1996).

O estudo realizado por VEIGA FILHO et al. (1994) indicava a expansão da colheita com máquinas em cana queimada, em que em quantidades superiores a 100 mil toneladas se obtinham vantagens sobre a colheita manual. Até o final do presente século, os autores estimaram uma redução de 38,5 mil pessoas ocupadas, o que representaria uma taxa de desemprego em torno de 22,9% para o Estado de São Paulo.

Estimativas sobre a redução da força de trabalho empregada na colheita de cana em decorrência da proibição da queima e a consequente motomecanização da colheita, realizadas por GONÇALVES e SOUZA (1998) para diferentes cenários, dão conta de reduções que vão de 18% a 64% da força de trabalho que atualmente se emprega na lavoura canavieira do Estado de São Paulo.

No setor citrícola, novos acontecimentos também vêm afetando as relações de trabalho, sendo que 1995 representou o marco de uma nova estrutura de colheita de laranja, com a intensificação do emprego através das Cooperativas de Trabalhadores. Além deste fato, uma novidade promete sacudir os pomares brasileiros de citros, substituindo a mão-de-obra tradicional pela colheita mecanizada. Uma empresa norte-americana está oferecendo aos citricultores brasileiros uma máquina capaz de colher frutos de 500 árvores em um dia de trabalho. O equipamento colhe a mesma quantidade de laranjas que 30 trabalhadores, com eficiência de 90% dentro da área de colheita, sendo os 10% restantes colhidos manualmente (SILVEIRA, 1997).

Apesar do caráter experimental do equipamento e da necessidade de análises antes que seja adotado, este passa a interferir nas relações de trabalho, causando apreensão aos trabalhadores e sindicalistas. Situação semelhante se verifica na cultura do café, com a disponibilidade de máquinas para a colheita, porém com utilização mais representativa no Estado de

<sup>11</sup>Trabalho realizado por BALSADI (1998) apontou uma pequena queda na demanda global por força de trabalho na agricultura paulista no período 1990-97, salientando o fato de que nos anos em que houve crescimento, este foi pouco expressivo. Tal conclusão também sinaliza para as dificuldades de se ocupar de forma produtiva aqueles que dependem de trabalho no meio rural.



Minas Gerais.

Das culturas temporárias com representatividade na colheita manual, destaca-se o algodão. A competição com o produto importado tem levado os maiores Estados produtores do País, São Paulo e Paraná, a reduzirem as áreas cultivadas. No Paraná, o modelo do produtor arrendatário de pequenas áreas ou pequenos produtores que utilizam a mão-de-obra volante na colheita perde espaço na produção. As expectativas são no sentido de que o algodão volte a ser uma lavoura economicamente importante, porém, com uma tecnologia baseada na colheita mecanizada, com plantio em áreas maiores. Esta tendência também deverá acontecer no Estado de São Paulo.

De modo geral, as colheitas dos diversos cultivos anuais, soja, trigo, milho e mesmo o arroz, já são motomecanizadas em representativa parcela da área cultivada. No feijão, a colheita motomecânica já é realizada com máquinas importadas em algumas propriedades, sendo que a intensificação do processo levaria ao crescimento das áreas de lavoura no aspecto de escala, liberando os grandes produtores do limite imposto pela disputa por mão-de-obra na época da colheita (GONÇALVES, 1993b).

Todas estas evidências indicam, portanto, mudanças significativas no espaço produtivo da agricultura paulista. E é por essas razões que as preocupações atuais sobre o mercado de

trabalho têm se voltado para a categoria volante. Argumenta-se que a mecanização das colheitas no período recente decorre da falta de mão-de-obra. É mais certo que sejam estas situações pontuais, não verificadas na totalidade. O importante é relevar que significativa parcela de volantes sobrevive com a renda que recebe durante o período das colheitas.

Na atualidade toma corpo, também, a noção de que não se pode caracterizar o meio rural brasileiro somente como agrário, o que leva a considerar o comportamento do emprego rural e dos movimentos da população residente nas zonas rurais não apenas como decorrentes do calendário agrícola e da expansão/retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há que se levar em conta um conjunto de atividades não agrícolas, que englobam a prestação de serviços - pessoais, de lazer e auxiliares das atividades econômicas - o comércio e a indústria (GRAZIANO DA SILVA, 1997b; GRAZIANO DA SILVA; BALSADI; DEL GROSSI, 1997). Resta avaliar se estas possibilidades de ocupação chegarão até os trabalhadores e trabalhadoras sem qualificação para novas oportunidades.

Esta realidade pautará, sem dúvida, as reflexões dos pesquisadores, dos sindicalistas e dos movimentos que lutam pelas causas sociais no campo, reforçando ainda mais a luta por trabalho e por terra para trabalhar.

## LITERATURA CITADA

- ALVES, Francisco J. da C. **Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. Campinas: UNICAMP, 1991. 347p. Tese de Doutorado.
- BACCARIN, J. G. **Trabalhadores rurais volantes da região de Jaboticabal: crescimento, características e aspectos organizacionais**. Piracicaba, SP: USP/ESALQ, 1985. 161p. Dissertação de Mestrado.
- BALSADI, Otávio V. Demanda da força de trabalho na agricultura paulista no período 1990-97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.28, n.4, p.19-31, abr. 1998.
- BAPTISTELLA, Celma da S. L. **Colhedores de laranja na indústria paulista**. São Paulo: USP/FFLCH, 1998. 157p. Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_\_\_; VEIGA, José E. R.; VICENTE, Maria C. Mercado de trabalho rural. **Prognóstico Agrícola**, São Paulo, 1998. p.103-106.
- \_\_\_\_ et al. O trabalho volante na agricultura paulista e sua estacionalidade, 1985-93. **Agricultura em São Paulo**, v.41, t.3, p.61-83, 1994.

- BESSA JÚNIOR, Alfredo de A. et al. Prognóstico agrícola 1991/92. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.21, n.8, p.9-168, ago. 1991.
- BOMBO, N.; BRUNELLI, R. **Estudo da condição de safreiro**: abordagem inicial de um problema societário e institucional. Piracicaba: Faculdade de Serviço Social, 1966. 126p. (Datil.)
- BORBA, Maria M. Z. **Adequação da força de trabalho rural na moderna agricultura da região de Ribeirão Preto**. Campinas: UNICAMP/IE, 1994. 255p. Tese de Doutorado.
- BRANT, Vinícius C. Do colono ao bóia-fria: transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho na Alta Sorocabana de Assis. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.19, p.37-91, jan./mar. 1977.
- CAMARGO, Ana M. M. P. de **Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no estado de São Paulo**. Piracicaba: USP/ESALQ, 1983. 236p. Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_\_\_; CASER, Denise V.; OLIVETTI, Mário P. de A. Distribuição da posse da terra no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n.11, p.11-19, nov. 1996.
- CAMARGO, Milton N. **Amostra para previsões e estimativas das safras agrícolas do estado de São Paulo em vigor a partir de junho de 1981**. São Paulo: IEA, 1988. 75p. (Relatório de Pesquisa, 27/88).
- CAMPOS, Humberto; PIVA, Luiz H. de O. Dimensionamento de amostra para estimativa e previsão de safra no estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, v.21, t.3, p.65-88, mar. 1974.
- CANABRAVA, A. P.; MENDES, M. T. A região de Piracicaba. **Revista do Arquivo Municipal**, n.454, p.275-328, 1938.
- CORTÉZ, Kathya V. D. **Inovações tecnológicas e mudanças na organização do trabalho**: o surgimento de um novo tipo de trabalhador na cultura canavieira na região de Ribeirão Preto. São Carlos: Universidade Federal, 1993. 104p. Dissertação de Mestrado.
- ETTORI, Oscar J. E. Mão-de-obra na agricultura de São Paulo: categorias - remuneração - legislação. **Agricultura em São Paulo**, v.8, n.12, p. 13-39, dez. 1961.
- FIM da queima da cana pode esconder interesses não declarados. **FETAESP em Ação**, v.2, n.8, p.9, fev. 1996.
- GARCIA, Ana E. B. **Ocupação da mão-de-obra na agricultura do estado de São Paulo na década de setenta**. São Paulo: IEA, 1986. 52p. (Relatório de Pesquisa, 1/86).
- GATTI, Elcio U. **A política agrícola e a composição da produção e utilização de mão-de-obra na agricultura paulista na década de setenta**. São Paulo: USP/FEA, 1984. 181p. Dissertação de Mestrado.
- GHILARDI, Arthur A. **Transformações na agricultura paulista na década de setenta, ao nível de tamanho de propriedade**. São Paulo: USP/FEA, 1986. 168p. Dissertação de Mestrado.
- GONÇALVES, José S. **Mudar para manter**: análise do processo de pseudomorfose da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP/IE, 1997. 469p. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_. Pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia para produtos alimentares: o desempenho técnico da produção de feijão em Itaberá, SP. **Agricultura em São Paulo**, v.40, t.1, p.119-138, 1993b.

- GONÇALVES, José S. Salário, emprego, modernização e sazonalidade na agropecuária: as contradições do processo excludente do desenvolvimento brasileiro. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, n.1, p.23-37, jan. 1996.
- \_\_\_\_\_. A taxa de imobilização e o preço da terra: uma discussão sobre a especulação financeira e defesa patrimonial. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.23, n.5, p.9-18, maio 1993a.
- \_\_\_\_\_.; SOUZA, Sueli A. M. Proibição da queima de cana no estado de São Paulo: simulações dos efeitos na área cultivada e na demanda pela força de trabalho. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.28, n.3, p.21-40, mar. 1998.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O "bóia-fria": entre aspas e com os pingos nos is. In: Departamento de Economia Rural - FCA de Botucatu, (Org.) **A mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: CNPq/UNESP/POLIS, 1982. p.137-177.
- \_\_\_\_\_. **De bóias-frias a empregados rurais** (as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme). Maceió: EDUFAL, 1997a. 195p.
- \_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.43-81, maio 1997b.
- \_\_\_\_\_. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. Campinas: UNICAMP/IFCH, 1980. 294p. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_.; FREITAS, G. P. Os volantes da Zona de Avaré e Cerqueira César. In: REUNIÃO NACIONAL DE MÃO-DE-OBRA VOLANTE NA AGRICULTURA, 2., Botucatu, Departamento de Economia Rural, 1976.
- \_\_\_\_\_.; BALSADI, Otávio V.; DEL GROSSI, Mauro E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.11, n.2, p.50-64, abr./jun. 1997.
- HOFFMANN, R.; GASQUES, J. G. **Análise do crescimento do produto interno bruto brasileiro no período 1947-67**. Piracicaba: USP/ESALQ, 1970. 27 p. (Série Pesquisa, n.11).
- IANNI, Otávio. Notas sobre o bóia-fria. **Escrita Ensaio**, v.1, n.2, p.40-45, 1977.
- KATZ, Cláudio. Evolução e crise do processo de trabalho. In: COGGIOLA, O. (Org.) Trabalho e classe operária na contemporaneidade. **Revista Estudos**, São Paulo, n.41, p.64-76, set. 1994.
- LANGE, Ana M.; BELLOTTO, Heloisa; BASTOS, Maria I. O trabalho rural volante na agricultura paranaense: esboço de uma hipótese de trabalho. In: Departamento de Economia Rural - FCA, Botucatu, (Org.) **A mão-de-obra volante na agricultura**. São Paulo: CNPq/UNESP/POLIS, 1982. p.127-137.
- MELLO, Maria C. D'Incao. **O bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1975. 154p.
- NOGUEIRA, Elizabeth A. (Coord.). **Estatísticas de salários agrícolas no estado de São Paulo**. São Paulo: IEA, 1992. 100p. (Sér. Inf. Estat. da Agric., 01/92).
- OLIVEIRA, Arioaldo U. O campo brasileiro no final dos anos oitenta. In: STÉDILE (Coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRS, Editora da Universidade, 1994. p.45-67.
- PITERI, Antonio D. O estatuto do trabalhador rural: problemas de aplicação e prováveis conseqüências sócio-econômicas. **Agricultura em São Paulo**, v.11, n.1/2, p.1-16, jan./fev. 1964.

- REYDON, B. et al. O impacto do progresso técnico sobre o nível de emprego agrícola. Campinas: UNICAMP/IE, [s.d.] p.56-57. (Relatório de Pesquisa) Datil.
- RICCI, R. (Coord.). **Mercado de trabalho do setor sucroalcooleiro no Brasil**. Brasília: IPEA, 1994. 148p. (Estudos de Política Agrícola, 15, Documentos de Trabalho).
- SCHATTAN, Salomão. A amostragem e as estatísticas agrícolas. **Revista Brasileira de Estatística**, v.4, n.55, p.216-226, 1953.
- \_\_\_\_\_. Cooperação entre economistas agrícolas e estatísticos na produção de estatísticas no estado de São Paulo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ECONOMISTAS AGRÍCOLAS, 15., São Paulo, 1973. p.16.
- SILVA, Gabriel L. S. P.; FONSECA, M. A. S.; MARTIN, Nelson B. **Os rumos da pesquisa agrícola e o problema de produção de alimentos**: algumas evidências no caso de São Paulo. São Paulo: SAA, 1979. 26p. Relatório de Pesquisa, 6/79).
- SILVEIRA, A. C. Empresa aluga colhedora de laranja. **Gazeta Mercantil**, 1 out. 1997.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**: homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986. 410p.
- VASSIMON, Sérgio G. **Estudo preliminar sobre o problema de mão-de-obra na agricultura do estado de São Paulo**. [s.N.t.], 1966. 39p. (Datil.)
- VEIGA FILHO, Alceu de A. O preço da terra na análise econômica: algumas observações. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.9, n.9, p.27-34, set. 1979.
- \_\_\_\_ et al. Análise da mecanização do corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.24, n.10, p.43-58, out. 1994.
- VEIGA, José E. R. et al. Avaliação do emprego agrícola no estado de São Paulo, 1985-89. **Agricultura em São Paulo**, v.37, t.2, p.179-194, 1990.
- \_\_\_\_\_. Panorama do emprego e dos salários na agricultura do estado de São Paulo, 1991-94. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.25, n.5, p.37-48, maio 1995.
- VICENTE, José R. **Determinantes da adoção de tecnologia e da eficiência na produção agrícola paulista**. São Paulo: USP/IPE, 1997. 223p. Tese de Doutorado.
- VICENTE, Maria C. M. **Inserção da força de trabalho feminina**: as bóias-frias na agricultura do sudoeste paulista. São Paulo: USP/FFLCH, 1997. 228p. Tese de Doutorado.
- \_\_\_\_\_. **O mercado de mão-de-obra volante na agricultura paulista, 1974/75 a 1986/87**. Piracicaba: USP/ESALQ, 1989. 76p. Dissertação de Mestrado.
- \_\_\_\_\_; BAPTISTELLA, Celma da S. L. Mão-de-obra na agricultura paulista, 1985. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.16, n.9, p.29-38, set. 1986.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Trabalho volante na agricultura paulista, 1975 a 1986**. São Paulo: IEA, 1987. 31p. (Relatório de Pesquisa, 16/87).
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. VEIGA, José E. R. A exclusão dos trabalhadores na reestruturação e modernização da agricultura paulista. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.27, n.2, p.9-18, fev. 1997.

VICENTE, Maria C. M. et al. **População residente nos imóveis rurais do estado de São Paulo**: alguns indicadores sócio-econômicos. São Paulo: IEA, 1988. 26p.

### **TRABALHO VOLANTE: a evolução de uma categoria**

**SINOPSE:** O artigo analisou a evolução do trabalho volante na agricultura paulista, ressaltando os fatores relevantes para o estudo do crescimento do processo de proletarização no campo. Avaliou, também, a participação da categoria no mercado de trabalho rural, a evolução do emprego e os salários pagos aos volantes. No período 1971-96, dois movimentos foram observados quanto ao emprego da categoria, ou seja, de 1971-88, tendência de crescimento e decréscimo a partir de então. Tomando-se por base o ano de 1971, as diárias pagas ao volantes apresentaram-se crescentes até 1978, quando passam por um período desfavorável que vai até meados da década de 80. Em 1994, as diárias se recuperaram, ressaltando-se, porém, que a categoria apresentou a menor variação quando comparada às outras categorias de trabalhadores rurais.

**Palavras-chave:** trabalhador rural, trabalho volante, emprego.

### **TEMPORARY (NONRESIDENT) WORK: evolution of a category**

**ABSTRACT:** The article analyzed the development of the temporary (nonresident) labor in the agriculture of São Paulo, Brazil, highlighting the important factors in the study of the growth of the proletarianization in the field. In addition, it evaluated this category's participation in the rural labor market; the employment evolution; and the wages of the temporary (nonresident) workers. In the 1971-96 period, two movements were observed with relation to the employment of the category, that is to say, a 1971-88 growing trend and a decrease thereafter. Taking as a basis 1971, the daily wages pay to the temporary (nonresident) workers increased until 1978, then starting an unfavorable period lasting until the mid 1980s. In 1994 the daily wages pay to the workers rose again, even though this category presented the smallest variation in comparison with those of other rural workers' categories.

**Key-words:** rural labor, temporary (nonresident) work, employment.

---

Recebido em 12/11/98. Liberado para publicação em 19/01/99.